

A economia formal está marchando para total marginalidade

11 SET 1991

GAZETA MERCANTIL

Celso Giacometti *

A autêntica avalanche de impostos a que estão sujeitos os poucos que ainda cumprem com as leis e obrigações fiscais está fazendo com que boa parte do País seja empurrada para a ilegalidade.



Este é um dos graves problemas a merecer atenção especial por parte da comissão criada pelo governo para ajudar no desenho de um novo modelo fiscal e propor novas formas para a modernização da estrutura tributária brasileira, atualmente repleta de imperfeições. Entre elas: carga tributária elevada, mal distribuída e regressiva, sobreposição de impostos sobre as empresas e falta de definição clara das atribuições entre as três esferas de poder, municipal, estadual e federal.

Todos sabem que a estrutura atual contribui para inibir novos investimentos, internos e externos, assim como a formação de um mercado interno forte, já que grande parte da renda dos consumidores acaba sendo tragada pelos impostos. Como agravante, os impostos são sempre repassados aos preços finais das mercadorias, com evidente impacto inflacionário interno. E o encarecimento da produção termina por afetar também a competitividade de nossos produtos no exterior.

Outro problema é a falta de planejamento, responsável pelo descompasso

existente entre arrecadação e gastos públicos. Normalmente o aceitável seria o aumento da receita fiscal anteceder a realização da despesa.

E não, como ocorreu no passado recente, o aumento de modalidades de incidências, criação de compulsórios, encurtamento de prazos e supressão de correção monetária sobre deduções.

Por isso, nos últimos anos a vida das empresas "overground" — aquelas que cumprem religiosamente com os compromissos tributários — tem incorporado doses crescentes de dificuldades em termos administrativos e burocráticos, cumprimento de prazos, entendimento e aplicação de índices, formas de pagamentos e mudanças bruscas nas regras do jogo. É fato extremamente preocupante a imensa desilusão que se instaurou no meio empresarial e na classe trabalhadora, materializada nas mais diversas formas de sonegação praticadas por crescentes parcelas dos agentes econômicos.

Tradicionalmente se convencionou chamar de economia informal aquela que caminha à margem do processo, tido como oficial, para efeitos de aferição de resultados, movimento operacional e apuração dos balanços patrimoniais, no caso das empresas. Tais conceitos são, também, de certa forma, aplicáveis à situação das pessoas físicas, assalariados, profissionais liberais e outros.

Pois bem. A face visível do problema não poderia mesmo ser diferente: a economia formal — em que

as atividades são transparentes, abertas e controladas — está, pouco a pouco, implodindo. Na era da descontinuidade em que nos encontramos, arriscaria a dizer que o País está próximo de experimentar uma perigosa inversão de valores, com a sonegação de impostos suplantando o valor total arrecadado pela malha oficial.

Ou seja: a economia formal está virando marginal, cedendo lugar para a informal, ou "underground", como também é conhecida. Após anos a fio de desencanto geral com tantas distorções, não é à toa que a capacidade contributiva está em queda livre e até mesmo sendo confundida com incapacidade de se esconder. Paradoxalmente, os mais organizados, controlados e transparentes são os que mais pagam impostos neste país.

Ainda é possível reverter

esta situação, mesmo que as reformas precisem passar pelo crivo do Congresso, o que implica um amplo, difícil e demorado acordo político para modificar a Constituição. Não obstante tenha sido reservado um papel relevante à Comissão de Reforma Tributária, as lideranças empresariais e demais representantes da sociedade civil não podem deixar de participar ativamente deste processo de arrumação, sob pena de mais uma vez verem os seus interesses contrariados em nome do interminável e surrado problema do déficit público.

Quem sabe, após os ajustes necessários, em vez de os "justos pagarem pelos pecadores", os pecadores comecem a arcar com a própria penitência.

* Presidente da Arthur Andersen.